

A globalização dos desportos: entre a indigenização do críquete indiano e a popularização do futebol português

RAHUL KUMAR *

Introdução

Os desportos – modernas tradições inventadas na segunda metade do século XIX nos colégios privados britânicos frequentados pelos filhos das elites – tornaram-se, ao longo do século XX, numa das mais relevantes manifestações culturais das classes populares europeias. Megaeventos desportivos como os Jogos Olímpicos ou os Campeonatos Mundiais de Futebol têm vindo a comprovar, de forma cada vez mais manifesta, a importância do desporto enquanto fenómeno cultural global. Ao longo do século XX, estes eventos transformaram-se numa das mais significativas formas de representação de identidades políticas e sociais, e em especial de afirmação dos Estados-nação no cenário internacional.

A difusão inicial dos desportos relacionou-se de forma próxima com a geografia dos interesses coloniais, económicos e políticos britânicos. Na última década do século XIX, a revolução dos jogos passou pela divulgação do críquete no subcontinente indiano, na Austrália, nas Caraíbas e na África do Sul. Por seu lado, na Europa continental e na América do Sul, o desporto, e em especial o futebol, foi transportado por agentes integrados nas rotas comerciais e educativas do império. Noutros terrenos, em avançado processo de modernização, como nos Estados Unidos da América, assistiu-se, no quadro da necessidade de uma

* Doutorando em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e assistente convidado na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

rutura simbólica e cultural com o império britânico e de invenção de novas tradições, à construção de práticas desportivas autónomas (Gutmann, 1995; Mangan, 1987).

Apesar da sua inegável importância, o desenvolvimento dos desportos integrado no campo dos lazeres não tem encontrado na teoria social um interesse alargado, com as notáveis exceções dos trabalhos de Norbert Elias (1992) e Pierre Bourdieu (2003). Partilhando a tradição da moderna teoria social, ambos associaram o desenvolvimento dos desportos a processos universais, como o crescimento das interdependências sociais, definidos através do avanço da produção industrial e dos processos de urbanização. Ambos defendem de igual modo que a autonomização de um campo de práticas desportivas resultou da emergência de um público interessado no consumo do espetáculo e na sua comercialização. Este modelo interpretativo foi recentemente contestado por Arjun Appadurai (2004).

Ao longo deste texto, procuraremos debater alguns dos argumentos de Appadurai sobre a autonomia dos processos de receção cultural no quadro da globalização dos desportos. Colocar-se-ão em confronto duas narrativas de difusão dos desportos: a narrativa da indigenização do críquete indiano, ou seja, uma narrativa da diferença cultural, e a narrativa da popularização do futebol em Portugal, isto é, uma narrativa na qual as classes sociais assumem o papel principal.

Megaeventos desportivos e narrativas desportivas descontínuas

A prática desportiva surgiu, nos finais do século XIX, como um elemento importante para a definição de uma posição social, que identificava o lugar dos seus cultores no topo de uma hierarquia de classe. Mais do que uma filiação nacional, o desporto, enquanto manifestação sensível de um espírito cultivado, de um corpo racionalmente construído e de uma moral capaz de domesticar os seus impulsos primordiais, apresentava um significado específico que se encontrava ainda, em quase toda a parte, longe da popularização. O olimpismo, orientado para a superação de recordes e para a inovação tecnológica, espelhava esses padrões sociais das sociedades industriais e alguns dos seus valores centrais, como a competição ou o progresso. As competições olímpicas representaram, num quadro de expansão do poder infraestrutural do Estado moderno (Mann, 1984) e da sua identificação com a nação, um dos terrenos de afirmação das potências emergentes ao longo do século XX. Alicerçadas numa adesão intransigente aos valores do amadorismo da prática desportiva, as olimpíadas constituíam um baluarte desta visão elitista do desporto. Esta conceção socialmente

desigualitária e civilizacionalmente hierárquica do mundo conheceu, em 1904, um dos seus momentos mais controversos.

Em 1904, logo na terceira edição, os Jogos Olímpicos realizaram-se pela primeira vez nos EUA. Inicialmente pensados para decorrer em Chicago, os jogos foram transferidos para St. Louis, que nesse verão também acolhia a Exposição Mundial. Apesar do relativo insucesso desportivo – mais de metade dos atletas europeus inscritos optou por não se deslocar até à longínqua cidade do estado do Louisiana –, os jogos proporcionaram uma oportunidade para afirmar o lugar do país organizador no concerto das nações. Num contexto em que as potências europeias aprofundavam os seus projetos imperiais, os Estados Unidos ascendiam, lenta mas seguramente, ao estatuto de potência global. Além dos triunfos dos atletas americanos, o torneio distinguiu-se pelos «Anthropology Days», ou os Jogos Olímpicos Especiais.

Num período de «performatividade polimórfica» em que o racismo científico se fundia com representações populares na afirmação da superioridade europeia, foi pedido a atores, contratados para representar nas «aldeias vivas» da Exposição Mundial os modos de vida das diferentes «raças», que se envolvessem nas provas desportivas. Organizados por James Sullivan, então uma das mais poderosas figuras do desporto americano, os Jogos Olímpicos Especiais colocaram durante dois dias Ainus do Japão, Ameríndios do México, Pigmeus da África Central, Sírios e Turcos, entre outros povos «selvagens», em confrontos desportivos. Estes foram distribuídos entre provas desportivas «europeias», como as corridas de velocidade ou os saltos em altura e comprimento, e as provas «tradicionais». Nos intervalos, os «atletas» executavam diferentes tipos de *performances* culturais «típicas», com destaque para a dança. Apesar do relativo insucesso desportivo e comercial dos «Anthropology Days», os fracos resultados obtidos pelos «indígenas» serviram sobretudo para legitimar e confirmar as ideias dominantes sobre a superioridade «europeia». Os «selvagens» foram considerados incapazes de compreender as regras das práticas desportivas, ou seja, as bases do comportamento «civilizado», aprendidas nas semanas imediatamente anteriores (Brownell, 2008).

Noventa anos depois, quando em 1994 os Estados Unidos receberam uma edição do Campeonato Mundial de Futebol, o mundo aguardava com curiosidade a forma como a potência hegemónica global organizaria o campeonato de uma modalidade sem fortes raízes naquele país. A competição disputava-se, pela primeira vez, fora do eixo Europa-América Latina, onde se haviam realizado todos os torneios até então. Em 2002, a Coreia do Sul e o Japão receberam o primeiro mundial asiático. Em 2010, e depois de alguma polémica, a África do Sul organizou o primeiro torneio no continente africano. A edição de 2018 realizar-se-á na Rússia

e a de 2022 no Qatar. O alargamento geográfico e cultural dos países organizadores, desde a primeira edição realizada em 1930 em Montevideo no Uruguai, foi acompanhado pela diversificação e pelo crescimento do número de participantes. Os Jogos Olímpicos patentearam uma dinâmica semelhante. Antes da atribuição da organização do evento de 2016 ao Rio de Janeiro, a América do Sul havia-o acolhido pela primeira vez em 1968, na Cidade do México. O Japão em 1964 – depois dos Jogos Olímpicos de Tóquio em 1940 terem sido cancelados devido à Segunda Guerra Mundial –, a Coreia do Sul em 1988 e finalmente a China em 2008, foram os países asiáticos que tiveram o privilégio de receber a chama olímpica.¹

Perante a irresistível expansão dos desportos em todo mundo, os «Anthropology Days» parecem irremediavelmente remetidos para o terreno da análise antropológica e histórica. Ao longo das últimas duas décadas, a organização destes megaeventos desportivos internacionais (Horne & Manzeiner, 2006) tem mantido de forma cada vez mais intensa uma relação dialética com «a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa» (Giddens, 1991: 60). Isto é, devem ser lidos simultaneamente enquanto agente de produção e resultado do processo de globalização. Os megaeventos desportivos apresentam, no quadro de um aprofundamento da globalização, uma morfologia definida por diferentes processos e forças sociais que se entrecruzam na produção de redes de interdependência cada vez mais alargadas. Estas competições servem como um elemento de integração material, isto é, económica (Maguire, 2005), mas também política, nomeadamente através da produção de consensos no interior dos estados (Dayan & Katz, 1992).

No âmbito de um debate sobre a globalização dos desportos que se tem pautado pelo confronto entre posições dicotómicas (Maguire, 2005: 27), a expansão geográfica e a integração crescente de novos participantes nas grandes competições desportivas internacionais têm contribuído para a defesa das teses da homogeneização cultural. Estas teses têm sustentado a ideia do desporto global, tornado possível pela uniformização, padronização e racionalização (Bale, 2004) a nível mundial de um campo de práticas culturais, que outros diriam indústrias culturais (Adorno, 2003), sob a influência das forças económicas e políticas. Todavia, pressupor a ausência de autonomia nos processos de apropriação de diferentes práticas culturais, entre as quais se incluem as práticas desportivas, implica necessariamente um menosprezo pela diferenciação histórica, social e geográfica dos respetivos processos de difusão e receção, isto é, de um aumento de variedade das práticas desportivas ao mesmo tempo que se atenuam os contrastes regionais.

Narrativas da diferença: a indigenização do críquete na Índia

É precisamente a tentativa de compreender esta diferença que move Arjun Appadurai (2004) no seu ensaio sobre a indigenização do críquete indiano. Isto é, Appadurai procura interpretar no quadro de uma teoria geral da globalização cultural os processos que permitiram descolonizar o críquete na Índia. Esta prática, associada às elites coloniais, transformou-se num dos lazeres prediletos da população indiana e um dos elementos fundamentais na banalização da identificação nacional no subcontinente. Mais do que a invenção de uma outra tradição desportiva popular, como sucedeu nos EUA (Pope, 1997), estamos, segundo Appadurai, perante um caso diferente. Na Índia, súbditos coloniais, através de uma prática quotidiana, apropriaram-se da modalidade transformando o seu sentido original. Escrevendo contra aquilo que considera serem teorias teleológicas e normativas da modernidade, para Appadurai esta «é frequentemente pontuada, interrogada e domesticada pelas micronarrativas do cinema, da televisão, da música e de outras formas de expressão que permitem que a modernidade seja reescrita mais como globalização vernacular e menos como uma concessão em larga escala às políticas nacionais e internacionais» (Appadurai, 2004: 23).

Seguindo a distinção entre formas culturais «duras» e «brandas» ou seja, entre aquelas que «chegam com um conjunto de ligações entre valor, significado e prática incorporada, difíceis de quebrar e renitentes à transformação» e «as que permitem separar com relativa facilidade a execução incorporada do significado e do valor e um relativo sucesso na sua transformação a todos os níveis», o críquete é considerado uma forma cultural dura (Appadurai, 2004: 124). É com base nesta dicotomia que a modalidade é associada aos valores puritanos da cultura vitoriana, na medida em que incorpora as referências morais da sociedade em que nasceu. Não seria, portanto, expectável uma apropriação tão entusiástica como aquela de que foi alvo na Índia, ao ponto de se tornar num símbolo nacional. Este ponto é essencial para se compreender a *indigenização*, ou seja, o processo de *indianização* do críquete. É a comparação sistemática entre as transformações económicas, políticas, sociais e culturais do críquete no subcontinente e as condições que definiram a sua sociogénese que sustenta o argumento de uma apropriação cultural à margem das instituições modernas, isto é, a sua *vernacularização*.

Appadurai, que procura romper com as teorias clássicas da modernização, defende a ideia de que nos encontramos perante uma rutura epocal, definida pelo renovado papel da «imaginação» num quadro de «desterritorialização» das relações sociais sob a influência do efeito combinado do movimento humano e das imagens; isto é, da imprevisibilidade que resulta dos encontros entre pessoas em

movimento e meios de comunicação eletrônicos. O conceito de disjuntura sintetiza a ideia de uma autonomização dos fluxos culturais face aos fluxos financeiros e tecnológicos. É assim que o autor procura sublinhar a natureza complexa, «altamente perspectivada» e sobretudo contraditória deste processo. Apesar de destacar essa apropriação autônoma das práticas culturais, a narrativa que o autor oferece do críquete indiano está, no entanto, relacionada com alguns dos dispositivos fundamentais de socialização da modernidade: o Estado e os mercados transnacionais.²

Na passagem do século XIX para o século XX, jogar críquete na Índia possibilitava às elites autóctones a oportunidade de estabelecer relações com a aristocracia inglesa e, simultaneamente, manter os seus atributos perante os súditos. Partindo destes grupos sociais, a prática local desenvolveu-se alicerçada numa sociologia colonial, que permitiu «inventar a Índia», pensada como um mosaico de comunidades religiosas e culturais. É assim que esta fase do patrocínio e do treino, em que estas elites indianas «organizaram torneios e prémios, subsidiaram equipas e treinadores, instalaram terrenos e campos, importaram equipamentos e competências e receberam equipas inglesas» (Appadurai, 2004: 130), se torna fundamental para compreender o processo de indigenização do críquete indiano. A natureza polifónica e disjuntiva deste processo, em que ao enredo de classe se deve acrescentar a questão da raça no terreno colonial, resulta do «cruzamento complexo, hierárquico, de cavaleiros britânicos na Índia, príncipes indianos, indianos com mobilidade pertencentes à função pública e ao exército e, acima de tudo, profissionais brancos do críquete (sobretudo de Inglaterra e da Austrália)» (Appadurai, 2004: 131). A autonomização da prática do críquete dá-se no final deste período, que se estende até à década de 1930, quando se verifica a profissionalização da modalidade e a predominância crescente dos valores competitivos sobre o ideal cavaleiresco e amador. Este fator implica não apenas a fragmentação dos princípios comunitários que guiaram a fase inicial de consolidação do críquete em território indiano, resultado do desenvolvimento de um mercado de jogadores independente dos vínculos comunitários, como permite uma associação mais ampla entre a modalidade e os movimentos de massas nacionalistas que começavam a emergir no país. No entanto, o que Appadurai (2004: 136) nos parece indicar é que ambos os processos seguiram o seu curso independente, mas historicamente articulado, na medida em que foram processos mais ou menos simultâneos.

Numa segunda fase, o sistema de patrocínio estatal do jogo foi decisivo na possibilidade de associação do críquete a uma política nacionalista. Nessa época, a descolonização encontra-se associada a uma vernacularização mediática do

jogo. É na complementaridade entre a imprensa, a rádio e a televisão que reside o segredo para a compreensão deste processo de apropriação do jogo e da sua indigenização. A confluência das narrativas biográficas, notícias e resumos na imprensa, que reforçaram «o corpo de termos de contacto» (Appadurai, 2004: 140) através da criação de pontes entre as línguas vernáculas e a língua inglesa; a excitação proporcionada pelos relatos, porque fornece «não apenas essa linguagem vernacular como uma ligação entre este vocabulário e o entusiasmo do desenrolar ouvido e visto do jogo» (Appadurai, 2004: 141); e finalmente a televisão, que «reduz as equipas e as estrelas estrangeiras a um tamanho aceitável, domestica visualmente a natureza exótica do desporto» (Appadurai, 2004: 139) são elementos fundamentais no processo de domesticação de uma forma cultural associada aos valores vitorianos, na constituição de um sentido de competência física e proximidade em relação ao jogo e na sua inclusão numa constelação cultural nacional e já distante de uma sensibilidade colonial. Nesta última fase, sob o impacto da televisão, é-nos apresentado um modelo pós-nacional do jogo, alicerçado na circulação internacional do talento, onde predominam os grupos que constituem o Estado, tecnocratas, setores económicos privados, grupos mediáticos multinacionais, espectadores, classe operária e comunidades diaspóricas.

Este processo de descolonização do críquete terá, aliás, sido efetuado de forma tão completa, que outros autores consideram já que nos encontramos numa fase pós-ocidental do críquete (Mumford, 2007). Esta interpretação apresenta argumentos favoráveis à tese da emergência da Índia como um ator relevante na cena internacional, num mundo definido pelo fim da hegemonia americana e «ocidental», e caracterizado pela multipolaridade dos centros de poder.

Integrando um conjunto alargado de hipóteses de investigação que podemos agregar sob a categoria de estudos pós-coloniais, a proposta de Appadurai reúne aqueles que Chakabarty (2000) considera serem os três traços que distinguem os estudos subalternos das abordagens da história a partir de baixo de Hobsbawm ou de E. P. Thomson: uma separação da história do poder de uma história universal do capital; uma crítica ao conceito de nação; um questionamento das relações entre poder e saber. Apesar da assumida influência de Hobsbawm, ou por causa dela, Appadurai opta antes por dialogar de forma crítica com alguns dos conceitos centrais da Escola de Frankfurt. Na análise do lugar dos lazeres nas sociedades contemporâneas, trata-se, no essencial, de recusar a uniformização do campo cultural global, construída pelos interesses comerciais (dos países do centro), e rejeitar uma conceção passiva dos atores sociais, tidos muitas vezes como incapazes não só de escolher, como de julgar, avaliar, classificar e construir autonomamente uma prática cultural quotidiana.

Num contexto pós-colonial, essa atribuição de agência a sujeitos subalternos é operacionalizada através de uma especificidade cultural, assente numa narrativa da diferença entre o críquete indiano e o críquete vitoriano introduzido na Índia no final do século XIX, mesmo que o críquete, como outros desportos, não tenha mantido nos locais onde foi «inventado» os respetivos traços vitorianos e não seja exatamente compreensível a que se refere essa diferença a não ser à identidade dos praticantes e consumidores. É nesse sentido que parece particularmente operativo confrontar essa narrativa da diferença, estruturada em torno da mistura até mais do que do conflito cultural, com as narrativas da popularização do desporto na Europa. Estas últimas, assentes em torno de oposições e misturas sociais tanto como culturais, privilegiam a análise das relações entre culturas eruditas e culturas populares.

Narrativas da desigualdade: a popularização do futebol em Portugal

Tal como na Índia, também na Europa o desporto, inicialmente associado às classes ociosas, integrou rapidamente os hábitos das classes laboriosas. Se muitas das práticas atualmente consideradas tradicionais foram em grande medida inventadas pelo Estado moderno, outras foram construídas a partir de baixo, pelos movimentos sociais e pelas classes subalternas. Isto é, se a invenção de tradições está intimamente ligada aos grandes dispositivos de socialização modernos, também não deixou de resultar da prática quotidiana dos grupos subalternos. O consumo do espetáculo desportivo, por exemplo, passou a integrar as manifestações culturais das classes trabalhadoras.

Entre 1870 e 1880, o futebol adquiriu em Inglaterra os traços institucionais e rituais que ainda nos são familiares: o profissionalismo, o campeonato nacional, a Taça (com a peregrinação anual de demonstração do triunfo proletário à capital), o ritual de sábado à tarde, as «culturas adeptas» e as rivalidades, geralmente entre as duas metades da mesma cidade (Hobsbawm, 1985: 303). Não se pode, todavia, considerar que este processo tenha seguido os mesmos ritmos e se tenha manifestado de forma semelhante em todos os contextos. Mesmo em Inglaterra, na segunda metade do século XIX, a estrutura do futebol profissional era bastante diferente de outras modalidades, como o críquete ou o rãguebi, onde prevaleciam outros grupos sociais.³ A própria evolução destas modalidades rompeu ou reproduziu, em diversos graus, os sentidos originais da prática.

A questão da introdução e do desenvolvimento do desporto em vários contextos deve a partir daqui concentrar-se, seguindo o modelo proposto por

Hobsbawm, na politização destas atividades e na sua relação com o trabalho organizado, ou, posto de outra forma, na sua relação com a estrutura de classes e diferentes instituições, como o Estado, a Igreja ou os sindicatos. No caso inglês, a invenção do desporto das e para as classes médias combinou o elemento político e o social. Por um lado, contribuiu para a formação de uma nova elite que, de diferentes formas, complementou, competiu ou substituiu os anteriores modelos aristocrático-militares. Por outro lado, representou um esforço consciente por parte destas classes médias, conservadoras ou liberais, para fixar barreiras em relação às massas, ao destacar o amadorismo como o modelo ideal da prática desportiva (Hobsbawm, 1985: 306). O desporto tornou-se, assim, um dos principais elementos destas tradições inventadas, de produção de um nacionalismo banal (Billig, 2004), mas também de distinção, no interior de «comunidades nacionais», de diferentes classes ou estratos sociais.

Do ponto de vista das classes dominantes, estas fronteiras foram traçadas essencialmente de três formas: através da manutenção do controlo das instituições de governo dos desportos, através da exclusividade social, mas sobretudo através da separação rígida entre amadores e profissionais (Hobsbawm, 1985: 306). O profissionalismo, aliás, será a consequência lógica da popularização dos desportos, isto é, do acesso de membros das classes populares à prática desportiva, num contexto de «espectadorização» (Hargreaves, 1986).

A constituição do movimento olímpico português permite compreender o modo como estas fronteiras foram traçadas no interior de um campo desportivo em formação, quer no que respeita à composição dos organismos que o tutelavam, quer no que concerne à origem social dos primeiros atletas olímpicos que representaram o país. Fundado em 1912, meses antes dos Jogos de Estocolmo, de modo a formalizar a possibilidade da participação portuguesa, a origem do Comité Olímpico Português remonta a meados da primeira década do século xx, quando se efetuaram os primeiros contactos entre o rei D. Carlos, considerado o primeiro *sportsman* português, e o barão Pierre de Coubertin, fundador do movimento olímpico moderno, no sentido de Portugal passar a integrar o Comité Olímpico Internacional (COI). Tais contactos foram mediados pelo médico da Casa Real, Dr. António de Lencastre, que então residia em Paris e que foi o primeiro representante português naquela organização, entre 1909 e 1912. O conde de Penha Garcia representou, ininterruptamente entre 1912 e 1940, Portugal no COI, em Paris, onde se encontrava exilado depois da implantação da República em Portugal. Com a exceção do maratonista Francisco Lázaro, que disputou a prova nos Jogos de Estocolmo em 1912, as comitivas portuguesas até aos jogos de 1928 foram essencialmente compostas por membros da aristocracia, altos

funcionários do estado e militares, que se dedicavam a modalidades como a esgrima, o tiro ou o hipismo.⁴

À margem deste universo elitista, irremediavelmente aquartelado numa ética amadora e exclusivista, que começou a ser desconfigurado pela participação da equipa portuguesa de futebol nos Jogos Olímpicos de 1928, em Amesterdão, verificava-se uma transformação significativa na narrativa desportiva portuguesa (Domingos & Kumar, 2006). A rápida popularização de outras modalidades, como o ciclismo e o boxe, entre o final dos anos vinte e o início dos anos trinta, remeteu para um plano secundário os discursos e as práticas que enquadravam o desporto como um instrumento de higienização ou disciplina social, ou como prática mundana de elites, muitas vezes indiferenciado de outras atividades artísticas, científicas ou lúdicas.

A fase de estruturação do futebol em Portugal decorre entre o chamado tempo das balizas às costas e o final dos anos trinta. Elementos importantes para essa estruturação foram a realização do primeiro campeonato nacional de futebol na época de 1938/39 e a fundação do jornal *A Bola*, em 1945. Intercalados pela Segunda Guerra Mundial, um e outro acontecimento anunciavam a maior regularidade na organização dos calendários desportivos, a sua dimensão nacional e a sua entrada no quotidiano das populações. Esta dinâmica de popularização do jogo em Portugal resultou, à semelhança do críquete indiano, de um conjunto complexo e contraditório de fatores, que guiaram o futebol a uma posição dominante na narrativa desportiva nacional.

Estigmatizado, depois da questão do Mapa Cor-de-Rosa, pelas suas origens britânicas, o futebol foi introduzido em Portugal por uma mistura social de jovens das classes altas que se encontravam a estudar em Inglaterra e membros da colónia inglesa. Depois de ser praticado nas estâncias balneares, como Cascais ou Matosinhos, onde diferentes estratos das elites nacionais e grupos ingleses passavam férias, o futebol disseminou-se pelos bairros populares e operários das grandes cidades (Dias, 2000; Dias, 2001). Nestes bairros, entre as décadas de 1910 e 1920, nasceram alguns dos mais importantes clubes portugueses, como o Belenenses e o Casa Pia, em Lisboa, ou o Salgueiros no Porto. Inscritas num amplo movimento associativo, estas organizações desportivas desenvolveram-se de modo relativamente autónomo em face de interesses económicos ou políticos. Os meios de comunicação social, e sobretudo a imprensa, nesta primeira fase, foram fundamentais para a popularização do jogo, isto é, para a criação de um corpo de termos de contacto, para utilizar a expressão de Appadurai, ou, noutros termos, para a difusão de instrumentos de perceção e de esquemas de avaliação que possibilitaram a apropriação por diferentes grupos subalternos de uma

prática social e culturalmente exótica. Num período de fraca divisão social do trabalho no interior do campo, a estruturação do futebol português resultou da conjugação de esforços de uma série de agentes, mais do que do investimento público ou empresarial num espetáculo desportivo. Não obstante, a dinâmica comercial moldou de forma determinante a estrutura do campo desportivo português, contribuindo para definir a fronteira entre os desportos populares, como o futebol, o ciclismo e o boxe, e os desportos de elite, associados até essa época ao movimento olímpico, sobretudo através da oposição entre profissionalismo e amadorismo.

O trabalho de um conjunto diversificado de agentes sociais composto por elementos da burguesia comercial, profissionais liberais e intelectuais, diferentes segmentos da pequena burguesia e da classe operária, a par da constituição de instituições de perfil associativo de base territorial e de uma imprensa vibrante (Pinheiro, 2010), encontra-se na base da apropriação do futebol em Portugal. Ainda mais do que no caso indiano, em que a narrativa de apropriação autónoma do críquete se entrecruza com uma fase de patrocínio estatal, essencial para a «nacionalização» do jogo e para a sua «descomunitarização», o desenvolvimento do futebol em Portugal, a forma como se transformou num símbolo de identidade nacional e se inscreveu no quotidiano, foi relativamente independente dos poderes políticos e económicos.

Como refere João Nuno Coelho (2001), a seleção nacional constituiu um terreno privilegiado para a produção de representações identitárias do país. E se, de facto, os triunfos internacionais das equipas portuguesas na década de 1960 ofereceram ao futebol esse estatuto simbólico, dificilmente se pode encontrar uma causalidade política nessa afirmação internacional. A expansão geográfica do futebol em Portugal relacionou-se sobretudo com processos de urbanização e industrialização, como demonstrou Jorge Gaspar (1971). Assim, a popularização e apropriação do futebol passou, mais do que pela seleção nacional, pela extensão da rede de preferência clubista, que alimentou uma narrativa quotidiana de conflito, estruturalmente funcional (Coser, 1964). Para além da representação local, esta estrutura de identificações clubistas foi monopolizada por duas associações desportivas: o Benfica e o Sporting, aos quais se juntou mais tarde, já depois da década de 1970, o Futebol Clube do Porto. Estes três clubes não se limitaram a concentrar as preferências desportivas no terreno metropolitano. A massificação das filiações no Benfica ou no Sporting atravessou barreiras de classe e fronteiras definidas pela exploração colonial e pela dominação racial, tornando-se num elemento fundamental do *stock* social de conhecimento que facilita as relações sociais nas cidades. Mesmo após a concretização das independências

dos territórios coloniais, a descolonização cultural não passou pela rejeição do futebol português. Em sentido contrário, também não é possível defender a hipótese de nostalgia colonial na estruturação das preferências desportivas dos antigos súbditos coloniais. Trata-se antes de uma prática que manteve um sentido específico, que não é redutível a uma leitura política (Domingos, 2011).

A comercialização intensiva do futebol, o «futebol sedento de sangue», parafraseando Appadurai, associada a um conjunto de processos diversificados mas que encontram nos meios de comunicação social um denominador comum, define a transformação do futebol português desde os anos noventa. Esta fase caracteriza-se pela alteração dos modelos de gestão dos clubes, que passam, com as Sociedades Anónimas Desportivas, de uma lógica associativa para uma lógica empresarial, pela liberalização e globalização dos mercados de transferência de jogadores e das transmissões televisivas, e pela crescente importância de competições transnacionais como a Liga dos Campeões.

De diferentes formas, a evolução da narrativa desportiva em Portugal não pode ser compreendida, quer através de uma história política, ou simplesmente a partir de uma história nacional. Da evolução dos modelos de gestão dos clubes e estruturação da rede de preferências clubistas à construção de um mercado de jogadores, os processos de integração internacional do campo futebolístico português são parte das mudanças que procurámos sintetizar. Todavia, as formas específicas que o futebol em Portugal tomou encontram-se inextricavelmente relacionadas com condições de produção locais e a forma como esses locais se articulam com quadros sociais mais amplos. Ainda assim, essa especificidade não nos autoriza a presumir uma originalidade cultural na estruturação e no desenvolvimento do futebol português.

Conclusão

A intensificação das relações sociais e dos contactos culturais à escala mundial colocou no mapa da antropologia transnacional conceitos como fluxos, fronteiras e híbridos (Hannerz, 1997). Este debate tem suscitado diversas propostas conceptuais. Além da hibridização, podemos encontrar na literatura conceitos como transculturação, criouliização, *mélange*, *bricolage*, mestiçagem ou indigenização. Mais do que analisar teoricamente as especificidades destas propostas, cujas diferenças nos parecem sobretudo escolásticas, procurámos neste artigo examinar o valor heurístico do conceito de indigenização no quadro mais geral de uma proposta teórica sobre as dimensões culturais da globalização.

Subjacente à leitura diferencialista dos processos de receção de práticas culturais, encontra-se quase sempre a ideia de uma rutura epocal que põe em causa quer as instituições modernas, quer a possibilidade de compreender as transformações sociais contemporâneas a partir da teoria social clássica, ou seja, de categorias conceptuais universais, associadas ao peso relativo de fatores económicos, políticos e sociais. As disjunturas entre os fluxos materiais e ideológicos, entre economia e sociedade, entre política e cultura, e a superação de estrangimentos estruturais que balizam as possibilidades da ação e a rutura dos grandes dispositivos de socialização da modernidade, com destaque para o Estado-nação, são partes centrais dessa narrativa, em que conceitos como cultura e agência não são apenas centrais como adquirem o estatuto de variáveis independentes.

A partir de uma comparação histórica entre duas modalidades em dois contextos diversos – o futebol português e o críquete indiano –, opusemos a um modelo da diferença cultural um modelo de popularização dos desportos. O confronto entre estas duas narrativas de difusão e apropriação dos desportos em dois contextos apresenta homologias estruturais surpreendentes. Telegraficamente, poderemos resumir essas semelhanças da seguinte forma: introdução britânica; apropriação pelas elites locais; popularização. No final desta primeira fase, são lançadas as sementes do profissionalismo. Os meios de comunicação social – imprensa, rádio e televisão – familiarizam a modalidade ao construírem uma narrativa quotidiana. A ampliação da base de praticantes e o interesse do público ajudam a tornar uma prática associada aos grupos subalternos num símbolo nacional. O aprofundamento dos processos de integração económica globais, associado aos interesses dos grandes grupos mediáticos televisivos, constrói um universo desportivo transnacional.

Para além destas homologias estruturais entre construção de campos desportivos autónomos em contextos culturalmente diversos, em ambos os casos indissociável da profissionalização dos praticantes e da comercialização do espetáculo desportivo, a própria cronologia dos processos apresenta igualmente semelhanças notáveis. O primeiro período estende-se do final do século XIX até à década de trinta e define-se pela autonomização de uma prática local. O segundo período, que podemos situar entre o final da Segunda Guerra Mundial e o final dos anos oitenta, é marcado pela estruturação de um campo desportivo autónomo, pela profissionalização dos atletas e pela centralidade dos *media*, em particular da imprensa e da rádio. Finalmente, desde os anos noventa, quer o futebol português quer o críquete indiano transformam-se sob a influência da liberalização económica e pela integração em competições transnacionais.

Assim, se a narrativa de Appadurai permite sublinhar a autonomia dos processos de receção cultural, conferindo poder e criatividade a agentes subalternos, essa interpretação não deixa de estar assente numa leitura identitária das práticas sociais. A natureza pós-vitoriana do críquete «moreno», que é interpretada como indiana, é comum a todas as modalidades que se massificaram e, portanto, gradualmente se desvincularam das suas origens sociais. Isto é, só tomando a sociogénese das práticas como a grelha contra a qual todos os seus desenvolvimentos devem ser medidos é possível a defesa do argumento da autonomização dos processos de construção cultural dos dispositivos de socialização da modernidade. A denúncia do caráter etnocêntrico, particularista, da teoria social clássica e das suas limitações é paradoxalmente desenvolvida num quadro teórico cuja validade depende mais de uma afirmação apriorística da diferença cultural do que da análise das práticas. Essa, mais do que a diferença cultural, sublinharia, como procurámos relevar, as homologias estruturais na construção de uma prática desportiva massificada em diferentes contextos sociais.

NOTAS

- ¹ Em Atenas, participaram nas competições de nove modalidades 241 atletas masculinos em representação de 14 países. Às comitativas europeias acrescentavam-se a Austrália, o Chile e os Estados Unidos. Em 2008, em Pequim, participaram nos 302 eventos, distribuídos por 28 modalidades, 11 028 atletas masculinos e femininos, em representação de 204 Comitês Olímpicos.
- ² Para uma narrativa «a partir de baixo» sobre a apropriação dos desportos em contexto colonial, veja-se C. L. R. James (2007).
- ³ Sobre a forma como se estruturou o campo desportivo britânico e as relações entre aquelas práticas e diferenciações de classe, género e raça, veja-se John Hargreaves (1986).
- ⁴ Na equipa de hipismo que conquistou a primeira medalha olímpica portuguesa, em 1924, destacavam-se os oficiais do exército José Mouzinho de Albuquerque, Aníbal Borges de Almeida e Hélder de Sousa Martins. Nos mesmos Jogos, integravam a comitativa nacional os esgrimistas João Sasseti ou Paulo D'Eça Leal. Para dados biográficos e desportivos mais completos dos atletas olímpicos portugueses, veja-se Mário Gentil Quina, *Olímpicos de Portugal, 1912-2008*.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor (2003), *Sobre a Indústria da Cultura*, Coimbra: Angelus Novus.
- APPADURAI, Arjun (2004), *Dimensões Culturais da Globalização*, Lisboa: Terramar.
- BALE, John (2004), *Running Cultures*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- BILLIG, Michael (2004), *Banal Nationalism*, Londres: Sage.
- BOURDIEU, Pierre (2003), «Como se pode ser desportista», in *Questões de Sociologia*, Lisboa: Fim de Século, pp. 181-203.
- BROWNELL, Susan (ed.) (2008), *The 1904 Anthropology Days and Olympic Games, Sport, Race and American Imperialism*, Lincoln e Londres: University of Nebraska Press.
- CHAKRABARTY, Dipesh (2000), «Subaltern Studies and Postcolonial Historiography», *Neplanta: Views From South*, 1-1, pp. 9-32.
- COELHO, João Nuno (2001), *A Equipa de Todos Nós*, Porto: Afrontamento.
- COSER, Lewis (1964), *The Functions of Social Conflict*, Nova Iorque: Free Press.
- DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu (1992), *Media Events: the live broadcasting of history*, Cambridge: Harvard University Press.
- DIAS, Marina Tavares (2000), *História do Futebol em Lisboa: de 1888 aos grandes estádios*, Lisboa: Quimera.
- DIAS, Manuel (2001), *O Futebol no Porto*, Porto: Campo das Letras.
- DOMINGOS, Nuno (2011), «Urban Football Narratives and the Colonial Process in Lourenço Marques», *The International Journal of the History of Sport*, 28-15, pp. 2159-2175.
- DOMINGOS, Nuno; KUMAR, Rahul (2006), «A grande narrativa futebolística – história da notícia desportiva em Portugal no séc. XX», Diogo Ramada Curto (dir.), *Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 575-638.
- ELIAS, Norbert (1992), *A Busca da Excitação*, Lisboa: Difel.
- GASPAR, Jorge (1971), «Aspectos geográficos do futebol em Portugal», *Brotéria*, 92-4, pp. 491-505.
- GASPAR, Jorge; HONÓRIO, Fernando; HONÓRIO, Jorge; SIMÕES, José Manuel (1982), «Transformações recentes na geografia do futebol em Portugal», *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 34, pp. 301-324.
- GIDDENS, Anthony (1991), *As Consequências da Modernidade*, São Paulo: Unesp.
- GUTTMAN, Allen (1995), *Games and Empires*, Nova Iorque: Columbia University Press.
- HANNERZ, Ulf (1997), «Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional» [versão eletrónica], *Mana*, 3-1, pp. 7-39. Consultado a 6 de abril de 2006, em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2454.pdf>.

- HARGREAVES, John (1986), *Sport Power and Culture*, Cambridge: Polity Press.
- HOBBSAWM, Eric (1985), «Mass-producing Traditions: Europe 1870:1914», Eric Hobsbawm e Terence Ranger (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 263-308.
- HORNE, John; MANZEINER, Wolfram (eds.) (2006), *Sports Mega-Events: social scientific analysis of a global phenomenon*, Malden: Blackwell.
- JAMES, C. L. R. (2007), *Beyond a Boundary*, Durham: Duke University Press.
- MAGUIRE, Joseph (2005), *Global Sport: identities, societies and civilizations*, Londres: Routledge.
- MANGAN, J. A. (1987), *The Games Ethic and Imperialism*, Londres: Viking.
- MANN, Michael (1984), «The Autonomous Power of the State: it's origins, mechanisms and results», *European Archive of Sociology*, 25, pp. 185-212.
- MUMFORD, Chris (2007), «More Than a Game: globalization and the post-westernization of world cricket», Richard Giulianotti e Roland Robertson (eds.), *Globalization and Sport*, Londres: Blackwell, pp. 94-106.
- PINHEIRO, Francisco (2010), *História da Imprensa Periódica Desportiva Portuguesa (1875-2000)*, Tese de doutoramento em História, Évora: Universidade de Évora.
- POPE, S. W. (1997), *Patriotic Games, Sporting Traditions in the American Imagination 1876-1926*, Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.
- QUINA, Mário Gentil (coord.) (2008), *Olímpicos de Portugal, 1912-2008*, Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.